



# MINI SIMULADO JURISPRUDENCIAL



UMA PROPOSTA DO CANAL CARREIRAS POLICIAIS  
REFERÊNCIA EM MENTORIA E COACHING PARA CONCURSOS POLICIAIS



## INTRODUÇÃO:

Prezados alunos, este mini simulado contém **questões envolvendo a jurisprudência mais atualizada** e visa prepará-los para o tão esperado dia da prova.

O presente simulado faz parte do processo de Mentoria e Coaching do Canal Carreiras Policiais e, ao final das questões, trazemos o gabarito e os comentários de cada alternativa.

Quanto ao formato das questões, o modelo segue o padrão "certo" ou "errado" e contemplará, de forma conjunta, as principais matérias de nosso certame.

Neste simulado, de forma voluntária, abordaremos questões envolvendo a jurisprudência do STJ e STF, porém não faremos a divisão das questões por matéria, de modo a obrigar o seu cérebro a um funcionamento diferenciado, ampliando a sua capacidade de raciocínio jurídico e memorização, no médio e longo prazo.

**Vamos ao treino prático?**

## QUESTÕES INÉDITAS

### 1. (Inédita) Julgue a afirmativa a seguir:

O STJ é competente para julgar crime praticado por Governador durante mandato anterior, desde que atualmente ocupe o referido cargo por força de nova eleição.

### 2. (Inédita) Julgue a afirmativa a seguir:

Compete à Justiça Estadual o julgamento de crimes ocorridos a bordo de balões de ar quente tripulados.

### 3. (Inédita) Julgue a afirmativa a seguir:

A alteração do sistema de medição, mediante fraude, para que aponte resultado menor do que o

real consumo de energia elétrica configura furto mediante fraude.

### 4. (Inédita) Julgue a afirmativa a seguir:

É dever do Estado a disponibilização da integralidade das conversas advindas nos autos de forma emprestada, sendo inadmissível a seleção pelas autoridades de persecução de partes dos áudios interceptados.

### 5. (Inédita) Julgue a afirmativa a seguir:

As condenações atingidas pelo período depurador de 5 anos (art. 64, I, do CP) afastam a reincidência, bem como a configuração dos maus antecedentes.

### 6. (Inédita) Julgue a afirmativa a seguir:

Consuma-se o crime de roubo com o emprego da violência ou da grave ameaça, ainda que não tenha havido a subtração do bem.

### 7. (Inédita) Julgue a afirmativa a seguir:

O pagamento do débito oriundo de furto de energia elétrica antes do recebimento da denúncia é causa de extinção da punibilidade.

### 8. (Inédita) Julgue a afirmativa a seguir:

Prostituta que arranca cordão de cliente que não quis pagar o programa responde por furto.

### 9. (Inédita) Julgue a afirmativa a seguir:

Quando o falso se exaure no descaminho, diferentemente de quando ocorre com o estelionato, ele não é absorvido.

### 10. (Inédita) Julgue a afirmativa a seguir:

A participação do menor pode ser considerada para configurar o crime de associação para o tráfico e, ao

mesmo tempo, para agravar a pena como causa de aumento do art. 40, VI, da Lei nº 11.343/2006.

**11. (Inédita) Julgue a afirmativa a seguir:**

A ação penal relativa ao crime de lesão corporal resultante de violência doméstica contra a mulher é condicionada à representação da vítima.

**12. (Inédita) Julgue a afirmativa a seguir:**

A autorização para posse de arma de fogo abrange somente a sede do imóvel rural, e não toda a sua extensão, que é externa à sede.

**13. (Inédita) Julgue a afirmativa a seguir:**

É ilícita a revista pessoal realizada por agente de segurança privada.

**14. (Inédita) Julgue a afirmativa a seguir:**

O crime de embarçar investigação, previsto na 12.850/2013, é restrito à fase do inquérito.

**15. (Inédita) Julgue a afirmativa a seguir:**

Considera-se cadeia de custódia o conjunto de todos os procedimentos utilizados para manter e documentar a história cronológica do vestígio coletado em locais ou em vítimas de crimes, para rastrear sua posse e manuseio a partir de seu reconhecimento até o descarte.

## COMENTÁRIO DAS QUESTÕES INÉDITAS

**1. (Inédita) Julgue a afirmativa a seguir:**

O STJ é competente para julgar crime praticado por Governador durante mandato anterior, desde que atualmente ocupe o referido cargo por força de nova eleição.

**GABARITO COMENTADO:** Errado. O STJ é incompetente para julgar crime praticado durante mandato anterior de Governador, ainda que atualmente ocupe referido cargo por força de nova eleição. Como o foro por prerrogativa de função exige contemporaneidade e pertinência temática entre os fatos em apuração e o exercício da função pública, o término de um determinado mandato acarreta, por si só, a cessação do foro por prerrogativa de função em relação ao ato praticado nesse intervalo. STJ. Corte Especial. QO na APn 874-DF, Rel. Min. Nancy Andrighi, julgado em 15/05/2019 (Info 649)

**2. (Inédita) Julgue a afirmativa a seguir:**

Compete à Justiça Estadual o julgamento de crimes ocorridos a bordo de balões de ar quente tripulados.

**GABARITO COMENTADO:** Certo. Segundo entendimento do STJ, os balões de ar quente tripulados não se enquadram no conceito de "aeronave" (art. 106 da Lei nº 7.565/86), razão pela qual não se aplica a competência da Justiça Federal prevista no art. 109, IX, da CF/88). STJ. 3ª Seção. CC 143.400-SP, Rel. Min. Ribeiro Dantas, julgado em 24/04/2019 (Info 648). A definição de aeronave está prevista no art. 106 da Lei nº 7.565/86 (Código Brasileiro de Aeronáutica – CBA): "Considera-se aeronave todo aparelho manobrável em voo, que possa sustentar-se e circular no espaço aéreo, mediante reações aerodinâmicas, apto a transportar pessoas ou coisas"

**3. (Inédita) Julgue a afirmativa a seguir:**

A alteração do sistema de medição, mediante fraude, para que aponte resultado menor do que o real consumo de energia elétrica configura furto mediante fraude.

**GABARITO COMENTADO:** Errado. A alteração do sistema de medição, mediante fraude, para que aponte resultado menor do que o real consumo de energia elétrica configura estelionato. STJ. 5ª Turma.

AREsp 1.418.119-DF, Rel. Min. Joel Ilan Paciornik, julgado em 07/05/2019 (Info 648). Importante compreender que, no furto, a fraude tem por objetivo diminuir a vigilância da vítima e possibilitar a subtração da coisa (inversão da posse). O bem é retirado sem que a vítima perceba que está sendo despojada de sua posse. No estelionato, por sua vez, a fraude tem por finalidade fazer com que a vítima incida em erro e voluntariamente entregue o objeto ao agente criminoso, baseada em uma falsa percepção da realidade. No exemplo acima, não se trata da figura do "gato" de energia elétrica, em que há subtração e inversão da posse do bem. Estamos a falar em serviço lícito, prestado de forma regular e com contraprestação pecuniária, em que a medição da energia elétrica é alterada, como forma de burla ao sistema de controle de consumo – fraude – por induzimento em erro, da companhia de eletricidade, que mais se adequa à figura descrita no tipo elencado no art. 171, do Código Penal (estelionato).

#### 4. (Inédita) Julgue a afirmativa a seguir:

É dever do Estado a disponibilização da integralidade das conversas advindas nos autos de forma emprestada, sendo inadmissível a seleção pelas autoridades de persecução de partes dos áudios interceptados.

**GABARITO COMENTADO:** Certo. A cadeia de custódia da prova consiste no caminho que deve ser percorrido pela prova até a sua análise pelo magistrado, sendo certo que qualquer interferência indevida durante esse trâmite processual pode resultar na sua imprestabilidade (RHC 77.836/PA, Rel. Min. Ribeiro Dantas, julgado em 05/02/2019). A defesa deve ter acesso à integralidade das conversas advindas nos autos de forma emprestada, sendo inadmissível que as autoridades de persecução façam a seleção dos trechos que ficarão no processo e daqueles que serão extraídos. A apresentação de somente parcela dos áudios, cuja filtragem foi feita sem a presença do defensor, acarreta ofensa ao princípio da paridade de armas e ao direito à prova, porquanto a pertinência do acervo probatório não pode ser realizada apenas pela acusação, na medida

em que gera vantagem desarrazoada em detrimento da defesa. STJ. 6ª Turma. REsp 1.795.341-RS, Rel. Min. Nefi Cordeiro, julgado em 07/05/2019 (Info 648). Importante consignar que não se trata da integralidade das transcrições, mas sim do conteúdo interceptado que será usado como prova emprestada.

#### 5. (Inédita) Julgue a afirmativa a seguir:

As condenações atingidas pelo período depurador de 5 anos (art. 64, I, do CP) afastam a reincidência, bem como a configuração dos maus antecedentes.

**GABARITO COMENTADO:** Errado. Importante compreendermos que as condenações atingidas pelo período depurador de 5 anos do art. 64, I, do CP, embora afastem os efeitos da reincidência, não impedem a configuração de maus antecedentes, na primeira etapa da dosimetria da pena. Inclusive, esse é o entendimento do STF - Plenário. RE 593818/SC.

#### 6. (Inédita) Julgue a afirmativa a seguir:

Consuma-se o crime de roubo com o emprego da violência ou da grave ameaça, ainda que não tenha havido a subtração do bem.

**GABARITO COMENTADO:** Errado. Consuma-se o crime de roubo com a inversão da posse do bem mediante emprego de violência ou grave ameaça, ainda que por breve tempo e em seguida à perseguição imediata ao agente e recuperação da coisa roubada, sendo prescindível a posse mansa e pacífica ou desvigiada. (Súmula 582-STJ)

#### 7. (Inédita) Julgue a afirmativa a seguir:

O pagamento do débito oriundo de furto de energia elétrica antes do recebimento da denúncia é causa de extinção da punibilidade.

**GABARITO COMENTADO:** Errado. O furto de energia elétrica não pode receber o mesmo tratamento dado ao inadimplemento tributário, de

modo que o pagamento do débito antes do recebimento da denúncia não configura causa extintiva de punibilidade, mas causa de redução de pena relativa ao arrependimento posterior (art. 16 do CP). No caso de furto de energia elétrica mediante fraude, o adimplemento do débito antes do recebimento da denúncia não extingue a punibilidade. Isso porque nos crimes contra a ordem tributária, o legislador (Leis nº 9.249/1995 e nº 10.684/2003), ao consagrar a possibilidade da extinção da punibilidade pelo pagamento do débito, adota política que visa a garantir a higidez do patrimônio público, somente. A sanção penal é invocada pela norma tributária como forma de fortalecer a ideia de cumprimento da obrigação fiscal - STJ. 3ª Seção. RHC 101.299-RS, Rel. Min. Nefi Cordeiro, Rel. Ac. Min. Joel Ilan Paciornik, julgado em 13/03/2019 (Info 645).

#### 8. (Inédita) Julgue a afirmativa a seguir:

Prostituta que arranca cordão de cliente que não quis pagar o programa responde por furto.

**GABARITO COMENTADO:** Errado. A prostituta maior de idade e não vulnerável que, considerando estar exercendo pretensão legítima, arranca cordão do pescoço de seu cliente pelo fato de ele não ter pago pelo serviço sexual combinado e praticado consensualmente, pratica o crime de exercício arbitrário das próprias razões (art. 345 do CP) e não roubo (art. 157 do CP). STJ. 6ª Turma. HC 211.888-TO, Rel. Min. Rogerio Schietti Cruz, julgado em 17/5/2016 (Info 584).

#### 9. (Inédita) Julgue a afirmativa a seguir:

Quando o falso se exaure no descaminho, diferentemente de quando ocorre com o estelionato, ele não é absorvido.

**GABARITO COMENTADO:** Errado. Quando o falso se exaure no descaminho, sem mais potencialidade lesiva, é por este absorvido, como crime-fim, condição que não se altera por ser menor a pena a

este cominada. STJ. 3ª Seção. REsp 1.378.053-PR, Rel. Min. Nefi Cordeiro, julgado em 10/8/2016 (Info 587).

#### 10. (Inédita) Julgue a afirmativa a seguir:

A participação do menor pode ser considerada para configurar o crime de associação para o tráfico e, ao mesmo tempo, para agravar a pena como causa de aumento do art. 40, VI, da Lei nº 11.343/2006.

**GABARITO COMENTADO:** Certo. A participação do menor pode ser considerada para configurar o crime de associação para o tráfico (art. 35) e, ao mesmo tempo, para agravar a pena como causa de aumento do art. 40, VI, da Lei nº 11.343/2006. STJ. 6ª Turma. HC 250.455-RJ, Rel. Min. Nefi Cordeiro, julgado em 17/12/2015 (Info 576).

#### 11. (Inédita) Julgue a afirmativa a seguir:

A ação penal relativa ao crime de lesão corporal resultante de violência doméstica contra a mulher é condicionada à representação da vítima.

**GABARITO COMENTADO:** Errado. A ação penal relativa ao crime de lesão corporal resultante de violência doméstica contra a mulher é pública incondicionada, conforme o teor da Súmula 542, do STJ.

#### 12. (Inédita) Julgue a afirmativa a seguir:

A autorização para posse de arma de fogo abrange somente a sede do imóvel rural, e não toda a sua extensão, que é externa à sede.

**GABARITO COMENTADO:** Errado. A lei 13.870/2019 promoveu uma pequena alteração no Estatuto do Desarmamento, afirmando que, aos residentes em área rural, considera-se residência ou domicílio toda a extensão do respectivo imóvel rural. Em sendo assim, se tenho um imóvel rural com dois mil hectares, toda essa extensão será considerado domicílio para fins de caracterização da posse de arma de fogo, e não porte.

**13. (Inédita) Julgue a afirmativa a seguir:**

É ilícita a revista pessoal realizada por agente de segurança privada.

**GABARITO COMENTADO:** Certo. Segundo entendimento do STJ, somente as autoridades judiciais, policiais ou seus agentes, estão autorizados a realizarem a busca domiciliar ou pessoal. (STJ. 5ª Turma. HC 470.937/SP)

**14. (Inédita) Julgue a afirmativa a seguir:**

O crime de embaraçar investigação, previsto na 12.850/2013, é restrito à fase do inquérito.

**GABARITO COMENTADO:** Errado. Segundo entendimento do STJ, mesmo que a lei fale que incorre no referido crime quem impede ou, de qualquer forma, embaraça a investigação de infração penal que envolva organização criminosa, não está se limitando à fase pré-processual, visto que as investigações se prolongam durante toda a persecução criminal, que abarca tanto o inquérito policial quanto a ação penal deflagrada pelo recebimento da denúncia. STJ. 5ª Turma. HC 487.962-SC

**15. (Inédita) Julgue a afirmativa a seguir:**

Em crimes de natureza sexual, a palavra da vítima deve ser atribuído especial valor probatório, quando coerente e verossímil, pois, em sua maior parte, são cometidos de forma clandestina, sem testemunhas e sem deixar vestígios.

**GABARITO COMENTADO:** Certo. Segundo a jurisprudência chancelada pelo STJ, em crimes de natureza sexual, à palavra da vítima deve ser atribuído especial valor probatório, quando coerente e verossímil, pois, em sua maior parte, são cometidos de forma clandestina, sem testemunhas e sem deixar vestígios - AgRg no AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.594.445 – SP.